



O PROBLEMA MINERAL DA BAHIA

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

É Por Soberania
QUE O POVO
VAI A RUA



O PROBLEMA MINERAL DA BAHIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

TEXTO SUBSÍDIO PARA
ANÁLISE DA REALIDADE MINERAL BAIANA
&
PONTOS PROGRAMÁTICOS
PARA A SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO

MOVIMENTO PELA SOBERANIA
POPULAR NA MINERAÇÃO
MAM-BAHIA

APRESENTAÇÃO	5
O CAPITALISMO E O ESTADO CAPITALISTA	6
A FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E MINERAL BRASILEIRA	7
CONTEXTO ECONÔMICO POLÍTICO MINERAL BAIANO	10
A ATUALIDADE DO MODELO MINERAL BAIANO	14
“POR SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO”: Em defesa da água, da agricultura familiar e camponesa!	19
PONTOS PROGRAMÁTICOS	21

1. APRESENTAÇÃO

A presente cartilha é um esforço do **Movimento pela Soberania Popular na Mineração da Bahia** em construir referências para o aprofundamento da compreensão sobre o problema mineral da Bahia e alguns desafios que se colocam para a classe trabalhadora em luta na mineração. Os aspectos contidos no texto são introdutórios, por isso, não são de caráter conclusivo, mas um convite para a apreensão e interpretação coletiva dessa histórica estrutura política e econômica mineral.

O texto tem como objetivo subsidiar a militância, os aliados/parceiros da luta mineral a fortalecer a reflexão e ação na mineração. Para isso o texto está organizado em cinco breves tópicos. O primeiro enquanto **caracterização geral**, abordamos de forma sintética o significado e o papel do capitalismo e do estado capitalista enquanto dimensões de natureza distinta e com autonomia relativa, mas responsáveis por organizar as formas de produção e reprodução da vida.

Logo em seguida, telegraficamente caracterizamos o sentido da **formação econômica e o papel da mineração** considerando o seu

desenvolvimento na história estimulada por períodos econômicos de alta intensidade e baixa intensidade atrelada à demanda e flutuação externa.

No terceiro tópico destacamos a relação do **desenvolvimento econômico e político do Estado baiano**, dando enfoque ao protagonismo assumido pela burguesia mineral no último período. Após isso, demonstramos como se expressa a economia mineral na atualidade e como se materializa a **política do Estado** em favor da atividade da mineração e em desfavor da classe trabalhadora baiana.

E por fim, apontamos o nosso **compromisso político na luta** pela unidade do povo em conflito com a mineração, destacando a necessidade de soberania popular, tendo nesse momento nossa atenção a respeito da luta pela defesa hídrica e da produção camponesa e familiar enquanto mensagem de convite às forças populares e a classe trabalhadora a **fortalecermos essa trincheira de luta** e nos encontramos nas outras diversas fronteiras de luta necessária para avançar na luta de classe presente na mineração.

2. O CAPITALISMO E O ESTADO CAPITALISTA

O capitalismo é um modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a **exclusão do restante da população**, que constitui a característica básica do capitalismo. Assim, à classe dos capitalistas chamamos de burguesia, ela tem os bancos, terras, fábricas, o capital. Do outro temos os trabalhadores que tem a força de trabalho, os músculos, a inteligência e o território. A lógica do capital é roubar a força de trabalho e os bens da natureza que estão no território. Sem esse roubo essas burguesias não tem como sobreviver.

O centro que articula as regras e mantém a ordem é o Estado enquanto estrutura jurídica-política sendo na **democracia burguesa** a articulação dos três poderes - judiciário (juízes, STF e etc.), parlamentar (câmaras de vereadores, de deputados e senadores), executivo (prefeitos, governos estaduais e presidentes) além do poder da força, as forças armadas (exército, marinha e aeronáutica). Essa estrutura tem como objetivo a

manutenção da propriedade privada e do regime de exploração capitalista. A ideologia expressa nas leis, no direito, no contrato de trabalho busca garantir uma igualdade formal entre os desiguais como forma de esconder a realidade desigual e de profunda exploração.

O Estado independente da sua forma política - democracia, ditadura militar ou fascista - se mantém enquanto centro de poder e **organização dos interesses da classe dominante**. Em última instância o Estado burguês é um entrave para a dissolução da propriedade privada e a destruição do regime de exploração de classe para com a outra. O Estado é constituído com o surgimento das classes sociais, sendo que a sua função é garantir a manutenção e a existência das classes sociais, sendo no capitalismo a burguesia e os trabalhadores. Logo, a luta pela dissolução das **classes sociais** passa por um longo processo de tomada e de dissolução do Estado. Aspecto somente possível com o desenvolvimento da organização do próprio povo.

3. A FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E MINERAL BRASILEIRA

A formação do capitalismo brasileiro se articula em bases herdadas do modo de produção anterior, o escravismo colonial, que vem se desenvolver com a invasão portuguesa. O Brasil passa por um processo político-econômico denominado “antiga dependência”, caracterizada pela estrutura agrária-exportadora. Aqui os países de capital periférico desempenhavam o papel de fornecedores de matérias-primas e produtos agrícolas aos países imperialistas recebendo em contrapartida investimentos em infraestrutura, transporte e energia, e suporte financeiro para a comercialização de produtos primários.

Os portugueses invadiram as terras dos povos originários em 1500 com o objetivo de saquear minérios e outras riquezas. No Brasil somente foi possível encontrar metais preciosos aproximadamente dois séculos após a colonização, já que, excetuando as descobertas insignificantes do início do sec. XVII em São Vicente–SP, é somente em Ouro Preto em Minas Gerais que os portugueses alcançam descoberta relevante do metal precioso.

O primeiro ciclo mineral de alta intensidade corresponde ao ciclo do ouro no Brasil Colônia. Articulava-se em torno da exploração e exportação de metais preciosos para alimentar a insurgente burguesia europeia. Nesse mesmo período tivemos também a exploração de diamantes, sendo o primeiro país a

explorar de forma moderna a pedra preciosa e liderar na produção mundial. Apesar disso, a produção na época para a economia era irrelevante em relação à produção de ouro. A produção de diamante se concentrou em Minas Gerais, em especial no início no distrito de Diamantina, mas também no rio Jequitinhonha (Minas Gerais); rio Claro e Pilões (Goiás); sudoeste da Bahia; Alto Paraguai (Mato Grosso).



“Extração do ouro”. Pintura de Johann Muritz Rugendas (1835)

O segundo período, a “nova dependência”, articulada ao modelo capitalista de substituição de importações, movimento que criou dificuldades à importação de mercadorias e não apoiou o mesmo tipo de restrição à importação de capitais permitindo a industrialização subordinada desses países principalmente com a instalação de filiais das multinacionais.

Importante destacar que a mineração brasileira no século XIX foi excluída do espaço do desenvolvimento nacional da

economia do país. Essa foi a quadra histórica de maior **decadência do setor**, pois no período o país experimentava intensos investimentos para a expansão agrícola. Porém, paradoxalmente, no mesmo período foi encontrada uma das maiores reservas de minério de ferro, a descoberta da Região do Quadrilátero Ferrífero, no estado de Minas Gerais, anunciada na capital da Suécia quando da realização do Congresso Internacional de Geologia, em 1910. A descoberta provocou a criação do decreto de 8 de março de 1934 que veio se transformar no **Código de Minas** brasileiro no dia 10 de junho do mesmo ano.

Foi nesse contexto que ocorreu o **segundo ciclo** de alta intensidade referente ao período do século XX. A nossa economia deixou de ser colonial, porém sem romper com a lógica da dependência. Nesse momento, o principal mineral comercializado era o minério de ferro. Não é por acaso que foi nesse período que se constituiu a empresa Companhia Vale do Rio Doce, a qual, segundo Coelho (2015, p. 27) “[...] nasceu já umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo de minério de ferro”.

O **terceiro período**, a “novíssima dependência”, que está associada ao modelo capitalista neoliberal. Nessa estrutura política econômica, os países imperialistas condicionam a periferia do mundo a atrair investimentos externos sem garantir como troca nenhuma política que permita o mínimo de desenvolvimento (Martuscelli, 2018).

Nesse período experimentamos como padrão de acumulação capitalista a financeirização da economia. A mineração passou a ser articulada dentro da nova lógica enquanto commodity. A partir de então, usufruímos um aprofundamento do saque mineral no ciclo de

alta intensidade que ficou definido como “boom mineral” correspondendo ao período entre 2001 - 2011 (COELHO et AL, 2016).

Outro aspecto para considerarmos nesse “cenário mineral” é o apontado por Marx no Livro I do Capital, em que o autor demonstra a relevância da Revolução Industrial dissecando o papel do maquinário no aumento da produção, assim como, do maior roubo da mais-valia através do movimento contínuo das máquinas.

O fato é que as revoluções industriais fazem parte, no modo de produção capitalista, de um leque de ações para a superação das crises profundas que o capitalismo cria. No entanto, as máquinas, as tecnologias por si só não são um problema como pensavam os ludistas. O ponto central é como a burguesia utiliza os avanços tecnológicos para aumentar a mais-valia. Podemos observar que as revoluções industriais exigem também matérias-primas diferenciadas, mas em comum, todas as revoluções utilizam minérios. Vejamos: A Primeira Revolução Industrial (entre 1760 e 1840), responsável pelo advento da máquina a vapor e de ferrovias: o ferro, o carvão, entre outros. A Segunda Revolução



“Ciclopes modernos”, Pintura de Adolph Menzel (1875)

Industrial (final do séc. XIX), advento da eletricidade e da linha de montagem: petróleo e derivados, água, alumínio, cobre, etc. A Terceira Revolução Industrial (década de 60), revolução digital ou do computador. A Quarta Revolução Industrial (virada do século), inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, armazenamento de energia: nióbio, bauxita, terras raras, titânio, vanádio, etc.

Para nós, portanto, é importante destacar o que a distingue a Quarta Revolução Industrial das outras revoluções: 1. velocidade, amplitude e profundidade; 2. fusão de tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos, permitindo uma mudança sistêmica profunda. Exemplos: Airbnb, Uber, Alibaba, Google, WhatsApp.



“Uberização da vida”. Charge de Toni D’Agostinho (2022)

“O Uber, a maior empresa de táxis do mundo, não possui sequer um veículo. O Facebook, o proprietário de mídia popular do mundo, não cria nenhum conteúdo. Alibaba, o varejista mais valioso,

não possui estoques. E o Airbnb, o maior provedor de hospedagem do mundo, não possui sequer um imóvel” (SCHWAB, 2016). Tal reestruturação abre caminho para o aprofundamento da ideologia “empreendedorista” dificultando o entendimento sobre a cooperação entre trabalhadores, assim como dificulta a evidenciação do trabalhador como “primeiro motor” que move a sociedade. Além disso, a Quarta Revolução Industrial impõe um ataque direto a territórios que contém em seu subsolo os minerais considerados “estratégicos” para essa “nova indústria” - como o lítio, nióbio, vanádio, terras raras, grafeno e urânio (todos com jazidas aerogeografadas na Bahia).

A exploração mineral brasileira, enfim, se situa neste contexto em **três grandes ciclos** de alta intensidade: o período colonial; o período que se inicia em meados do século XX; e o período do “boom mineral”; e **quatro Revoluções Industriais** que reorganizam o modo de produção capitalista a nível mundial. É importante mencionar que esses ciclos correspondem ao mesmo modelo mineral, mas, com destaque pela sua intensidade e participação enquanto protagonista da economia brasileira. Os ciclos de alta intensidade foram acompanhados por longos ciclos de baixas, neste caso, o longo ciclo que teve a alta no ciclo do ouro (séc. XVIII) foi acompanhado de uma longa baixa que se estendeu entre século XIX e a primeira metade do século XX. O segundo ciclo, iniciado nos anos 1940 com a constituição da Vale, teve seu período de baixa entre os anos 1980 até o ano 2000. Por fim, um terceiro ciclo com alta entre 2000 e 2012, e uma baixa até 2019, e o atual período apresenta uma tendência de alteração diante da retomada da demanda Asiática, **transição energética nos países centrais** e os conflitos bélicos que se agudizam.

4. CONTEXTO ECONÔMICO POLÍTICO MINERAL BAIANO

De maneira introdutória podemos relacionar o primeiro período descrito no tópico anterior com a presença do capital inglês no século XIX no estado baiano. Aqui tínhamos a presença de comerciantes exportadores e importadores, industriais da construção civil, fumo e cacau. No entanto, quem dava a linha política no Estado, representando os interesses ingleses, eram os profissionais liberais, advogados, juristas, médicos, engenheiros e políticos profissionais que viviam de renda, cargos públicos cimentando o burocratismo de Estado. No segundo período temos o processo de industrialização na Bahia, inaugurada no final da década de 50, alicerçada numa ideologia nacional-desenvolvimentista que se caracterizou pelas atividades relacionadas à prospecção, extração e refino de petróleo no Recôncavo que permitiu o fortalecimento da burguesia comercial da capital, a capilarização da malha rodoviária, a utilização das matérias-primas do petróleo por indústrias petroquímicas privadas e utilização do gás natural.

A síntese desse processo conjugada com o Golpe de Estado na década de 60 foi uma oligarquia industrial que se colocou como representante dos interesses baianos. Nesse sentido, de 1970 adiante, na esfera da política do governo federal de substituição de importações, a Bahia foi beneficiada com projetos industriais que objetivavam a produção de bens intermediários articulados com a produção na região sudeste do país. Tal estrutura econômica baiana alinhavada à economia da região sudeste começa a enfrentar contratempos já no final da década de 80.

A crise financeira que solapa o país nesta década será sentida na Bahia com

maior intensidade nos meados de 1990, principalmente com a guerra fiscal com outras regiões. Nesse cenário temos o terceiro período. O neoliberalismo mudou a economia baiana.

A abertura comercial e a série de privatizações deu início a uma reestruturação no mundo do trabalho no estado que será vocalizada pelo sindicalismo que ganha força e autonomia na região metropolitana de Salvador. A burguesia baiana, hegemônica pela oligarquia industrial, capitaneada pelo polo petroquímico, embora continuasse lutando para manter seus interesses, começa a perder, paulatinamente, espaço político.

Nos primeiros anos do séc. XXI setores do agronegócio e da mineração, principalmente do oeste baiano, das áreas irrigadas do vale do Rio São Francisco e do polo de celulose no extremo sul, ganham força na economia, mas só conseguem vocalizar plenamente seus interesses de classe em aliança com as organizações da classe trabalhadora baiana que estavam descontentes com o alto índice de desemprego e piora nas condições de trabalho. É necessário aprofundarmos como acontece essa aliança sobre os marcos do desenvolvimento desigual e combinado e os interesses da burguesia associada. Com o avanço do neoliberalismo nesse período é terraplanada a constituição de uma Frente Neodesenvolvimentista na Bahia.

Entende-se como neodesenvolvimentismo a aliança de classes que tem um programa de política econômica e social que objetiva o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, mesmo que tal atitude não desestruture os limites dados pelo modelo econômico neoliberal vigente no país (Boito, 2018).

Na Bahia essa frente garante a interiorização do capitalismo com base na exportação de commodities enquanto simultaneamente, articulada com as políticas federais, permitiu investimentos que melhoraram a vida da classe trabalhadora baiana. Ao observar os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - Contínua (PNADC) entre 2003 e 2012 é sensível essa melhora.

A atual crise do capitalismo acelerou as ações imperialistas na América Latina, destruiu a frente neodesenvolvimentista no Brasil. Podemos colocar o golpe de 2016 como marco histórico dessa destruição. Nesse esquadro histórico fica mais evidente a caracterização do terceiro período, nesse momento a burguesia agrária e mineral aumenta sua força no bloco no poder que articulado aos interesses do estado baiano, que na relação com o mercado internacional e as disputas inter-regionais tem como única saída estruturar, ainda mais, sua economia na exportação de commodities. A política econômica do estado baiano favoreceu essa fração burguesa que se formou respondendo os interesses do capital internacional, principalmente da China, aumentando a fronteira agrícola e mineral, garantindo a estrutura logística, técnica e a concentração de terra para que este se reproduzisse. Os investimentos em logística, o fortalecimento da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), o maior redirecionamento do orçamento público, as mudanças jurídicas nas normativas relacionadas ao meio

ambiente, os decretos e intervenções em entidades como INEMA são fatos que reforçam a confluência de interesses entre a burguesia mineral, o agronegócio, seus representantes no estado baiano e o próprio Estado.

A CBPM, fundada para garantir uma mínima soberania nacional diante das riquezas das jazidas no estado baiano, sofreu uma deturpação de sua função histórica, tornando-se organizadora de uma base segura para investimentos e exploração privada em nossas terras. Em 2022 a Companhia orgulha-se em anunciar que a Bahia receberá, até 2025, cerca de R\$70 bilhões de investimentos na mineração; oculta-se, no entanto, a origem privada de tais “aportes financeiros” que, obviamente, destinarão os montantes advindos da extração para o acúmulo também privado a partir de riquezas e bens que deveriam ser públicos e comuns (como o minério de ferro, o vanádio e ouro extraídos de nosso estado).

Entre 2016 e 2020 percebemos a reestruturação da frente neodesenvolvimentista. Há um rebaixamento político na qual as forças de esquerda perdem ainda mais força de negociação com o bloco no poder que não se fragmentou devido à ação do Partido dos Trabalhadores que cedeu ainda mais às exigências do agronegócio e da mineração, fortalecendo essa fração de classe no embate com frações do setor de serviços e da velha indústria.

Em contrapartida diminuía as políticas para o pequeno agricultor, para a abertura de crédito para pequenos empreendedores e os investimentos sociais, como, por exemplo, na saúde, se dava graças às parcerias público-privadas, ou seja, no fim das contas quem paga é o povo.

A esse rebaixamento denominamos de Frente neodesenvolvimentista em tempos de golpe. O Estado da Bahia é fortemente dependente das políticas sociais e econômicas nacionais. A dinâmica do mercado de trabalho baiano e dos níveis de renda é condicionada pelos fluxos da economia internacional e suas consequências na economia nacional, principalmente no que se refere às transformações estruturais da base produtiva. Não por acaso o ataque político a Petrobras e ao BNDES tem graves consequências para o desenvolvimento do nosso estado.

O modelo de desenvolvimento dos governos petistas na Bahia não avançou à fronteira do neodesenvolvimentismo subalterno. Isso significa dizer que a Bahia se manteve em lugar subalterno na cadeia produtiva de valor a nível internacional, nacional e regional (perdendo cada vez mais espaço para Ceará, Maranhão e Pernambuco). Tal caracterização fortaleceu a burguesia agrária mineral que soube avançar seus interesses no estado viabilizando investimentos, parcerias público-privadas, principalmente na logística, assim como fortaleceu no estado a vocalização de que a Bahia é um estado minerador.

Essa vocalização chega como resposta ao “problema do Semiárido”, região que ocupa cerca de 12% do território nacional, com 1,3 milhões de km², e abrange 1.262 municípios brasileiros. As regiões semiáridas apresentam uma ampla diversidade: em cultura, arte, crenças e costumes, fruto do grande número de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, fundo e fecho de pasto, ribeirinhos e outras mais existentes. Um dado interessante sobre a população dessa região, divulgado pelo ministério da integração nacional, é que se encontram nela cerca de 81% das comunidades quilombolas de todo o

Brasil. O Semiárido é também profundamente marcado por grande concentração de terras, água e riquezas minerais, que ainda estão nas mãos das burguesias que delas se beneficiam; essa relação desigual torna-se mais difícil justamente o desenvolvimento da agricultura familiar e de comunidades tradicionais que no Semiárido residem.

Sabemos que mesmo com poucos investimentos a agricultura familiar é responsável por 70% da alimentação produzida no Brasil. Como dito por D. José Rodrigues e ecoado por nós: “o problema não é a seca, é a cerca que faz o latifúndio”. Segundo dados da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), cerca de 1,5 milhões de famílias agricultoras (28,82% de toda a agricultura familiar brasileira) ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis do semiárido. Ao passo que 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de 1 mil hectares, conhecidos como latifúndios, detêm 38% das terras.

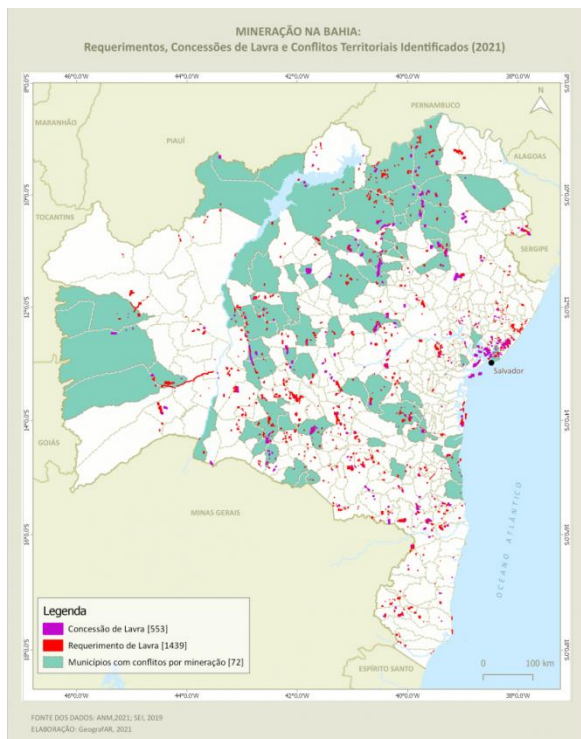


Família debulha feijão após “chuva de pedras” decorrente de explosões da obra da FIOl, Caetité. Foto: Ione Rochael/MAM

A resolutiva apontada pelos últimos governos para esse “problema”, porém, teve como consequência o aprofundamento do agronegócio, energia eólica e a mineração. Seria dessa maneira que preencheria o “vazio” do meio da Bahia. Nesse âmbito a agricultura familiar tinha papel coadjuvante, principalmente após o fim das políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Se olharmos criteriosamente os argumentos supracitados veremos que a burguesia mineral tem todas as condições políticas e econômicas para se desenvolver no nosso estado. Importante vocalizarmos com essa problematização de que a mineração não convive com outras formas de produção, como a agricultura familiar.

O fato de aparecer no nosso quintal funcionários de mineradoras e representantes do governo dizendo que farão pesquisas nas nossas terras, que será necessário sairmos de nossas casas e que não temos o que fazer porque tal procedimento é de interesse nacional tem raízes nas escolhas políticas dos governantes, mas principalmente, na movimentação da burguesia e seu representante jurídico-ordenador, o Estado. No entanto, essa burguesia não é única, ela tem subdivisões referentes aos setores, ao tipo de capital e posicionamento político. Essas frações burguesas disputam entre si para impor seus interesses no bloco no poder do Estado. Muitas vezes algumas dessas frações atraem setores da classe trabalhadora para enfraquecer ou isolar outras frações burguesas, porém, não é permitido por essas frações que a classe trabalhadora componha esse bloco.



5. A ATUALIDADE DO MODELO MINERAL BAIANO

Em 2021, mesmo ainda sofrendo com as restrições da pandemia, a mineração baiana apresentou um incremento de 65% na Produção Mineral Baiana Comercializada (PMBC), registrando participação de 3% no PIB do estado, sendo a maior participação já registrada pelo setor no PIB baiano. As exportações de bens minerais foram destinadas a 64 países. Em valor, a China foi o principal cliente, seguido da Suíça, Canadá Holanda e Coréia do Sul (SDE, 2021). Na Bahia, que figurou como o segundo maior alvo de pesquisa mineral no país, os investimentos privados chegaram a aproximadamente R\$ 2 bilhões, dos quais 1,3 milhão tiveram Protocolos de Intenção assinados com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE, 2021).

Em Nordeste, a Lipari Mineração Ltda. fez investimentos da ordem de R\$ 844 milhões, aplicados em pesquisa, exploração e desenvolvimento da sua mina, bem como em outros alvos do Projeto Braúna. A Ero Brasil (Unidade Caraíba) investiu em R\$ 846 milhões em exploração e geologia, desenvolvimento de mina, planta de beneficiamento e novos projetos em Jaguarari, Curaçá e Juazeiro. A Yamana Gold investiu cerca de 260 milhões de reais em Jacobina, em estudos de viabilidade e expansão da planta, exploração e pesquisa mineral, visando o aumento dos recursos e reservas. A BAMIN investiu R\$ 182 milhões em diversas atividades, citando-se as obras iniciais do Porto Sul, manutenção e operação da mina Pedra de Ferro, início das atividades da ferrovia FIOL I, projetos socioambientais e iniciativas de responsabilidade corporativa (SDE, 2021).

Em nosso estado, a Agência Nacional de Mineração (ANM) recebeu 2073 pedidos de Requerimentos de Pesquisa em 2021, número aproximadamente 80% maior que em 2020.

Foram 692 requerentes, que solicitaram autorização para pesquisar 57 substâncias. Os minerais metálicos apareceram em destaque, figurando com os maiores números de pedidos o ouro (241), ferro (234), manganês (202) e cobre (132) (SDE, 2021). Segundo dados de 2019, 245 empresas atuam no estado, nas quais apenas 15 grupos controlavam cerca de 85% da produção mineral baiana comercializada (PMBC).



Pilhas de rejeitos à seco da BAMIN, Caetitê.

Bahia 2021 – Principais Municípios com Requerimento de Pesquisa

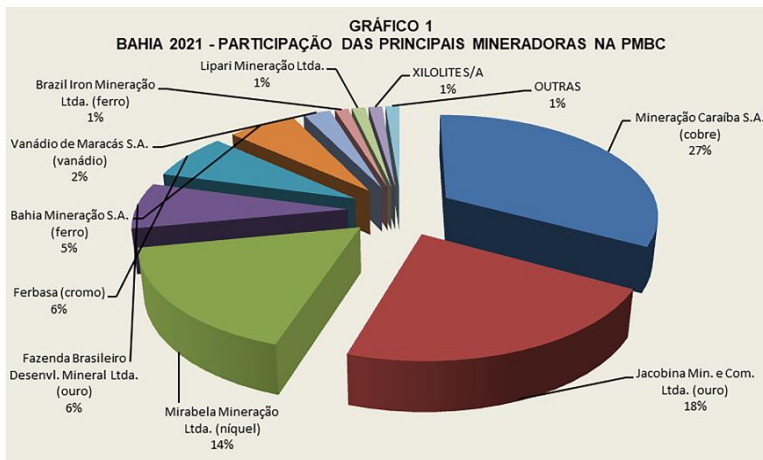
Município	Nº de Requerimentos de Pesquisa	Bem mineral
Campo Formoso	61	Calcário, cascalho, fosfato, grafita, granito, ilmenit, manganês, mármore, cobre, ferro, manganês, ouro, quartzito e quartzito.
Sento Sé	50	Ferro, areia, fosfato, quartzito, ilmenita, manganês, ouro, quartzito, quartzito.
Caetité	42	Cascalho, grafita, ferro, manganês, ouro, quartzito, quartzito.
Curaçá	40	Calcário, granito, mármore, cobre, ferro
Casa Nova	39	Areia, feldspato, fosfato, granito, ilmenita, cobre, ferro, manganês, ouro, quartzito, quartzito.
Brotas de Macaúbas	35	Argila, barita, granito, cobre, manganês, ouro, quartzito, quartzito.
Jaguarari	30	Cobre, ferro, manganês, nióbio, ouro e quartzito.
Camaçari	29	Areia, argila e gnaiss.
Juazeiro	28	Areia, calcário, diamante, fosfato, granito, mármore, cobre, ferro, manganês, quartzito e quartzito.
Ibitiara	24	Cascalho, cobre, ferro, manganês, ouro, quartzito, saibro.

Fonte: ANM
Elaboração: SDE.

O principal bem mineral comercializado pela Bahia foi o cobre, que registrou importante incremento na produção das minas de Curaçá e Juazeiro, impulsionando as exportações, apoiadas no expressivo aumento do valor desta commodity em 2021. Em seguida, aparece o ouro produzido em Jacobina, município com a maior produção do estado, além da exploração em Barrocas e Santaluz. A produção de ouro vem crescendo a cada ano, alcançando destaque na PMBC, mesmo com a discreta queda da cotação no mercado internacional em 2021. O terceiro bem mineral em destaque na comercialização foi o níquel, que voltou a consolidar sua exploração

em Itagibá, aumentando em cerca de 50% seu volume de vendas, com crescimento de mais de 180% em valor, em razão da disparada do preço no mercado internacional (SDE, 2021).

No ano de 2021 a Bahia registrou co-



Fonte: ANM. Elaboração: SDE



Projeto de Mineração Pedra de Ferro, Caetité. Reprodução: MAM Nacional.

mércio de 43 bens minerais, extraídos em 183 municípios por 403 produtores. As 10 principais mineradoras do estado responderam por 81% da PMBC, com atividades mineiras nos municípios de Juazeiro, Curaçá e Jaguarari (cobre), Jacobina, Barrocas e Santa Luz (ouro), Itagibá (níquel), Andorinha, Campo Formoso e Santaluz (cromo), Caetité, Piatã, Maracás e Sento Sé (ferro), Maracás (vanádio), Nordestina (diamante), Brumado (talco e magnesita) (SDE, 2021). Quase um terço dos municípios baianos possuem territórios extrativo-mineral em plena atividade.

A Compensação Financeira por Exploração Mineral (CFEM), estabelecida na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 20, § 1º, promulga que é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. Porém, os valores pagos são irrisórios para as mineradoras, sendo assim distribuídas: alíquota de 3,5% para ferro, observadas as letras b e c do anexo da Lei 13.540/17; alíquota de 3% para bauxita, manganês, nióbio e sal-gema; alíquota de 2% para diamante e demais substâncias minerais; alíquota de 1,5%

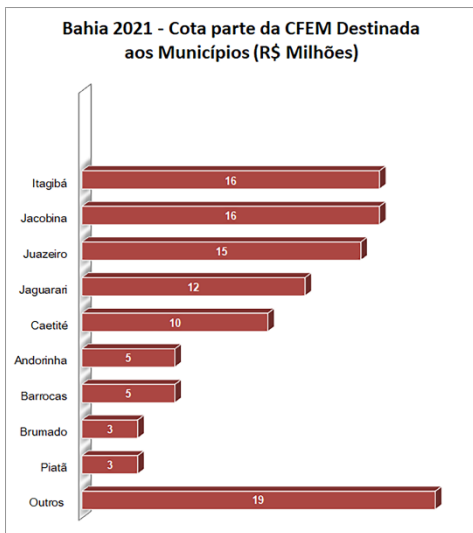
para ouro; alíquota de 1% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais, quando destinadas ao uso imediato na construção civil; rochas ornamentais, águas minerais e termais.

Diante disso nos perguntamos: será que os valores pagos são justos?

A arrecadação da CFEM na Bahia teve um desempenho extraordinário para os interesses da burguesia mineral, totalizando R\$ 94 milhões, com aumento de 86%, levando o estado a ser o terceiro maior arrecadador do país, atrás de Pará e Minas Gerais e a frente de Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Isso significa 1,84% da arrecadação nacional, o que a mantém como o maior gerador desse tributo na região Nordeste. Em conformidade com o previsto na legislação (Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017), coube ao estado 15% do valor arrecadado (R\$26 milhões), enquanto para os municípios produtores foram destinados 60% (R\$105 milhões). É importante lembrar que 10% do valor da arrecadação da CFEM é destinado à União e, ainda, que os 15% restantes são distribuídos aos municípios impactados pela produção mineral dentro e/ou fora da Bahia. A arrecadação de CFEM foi liderada pela exploração de cobre, seguido do ouro, níquel, ferro e cromita, que juntos somaram 83% do arrecadado na Bahia (SDE, 2021).

Para isso, no estado da Bahia, o INEMA publicou 62 licenças ambientais, autorizando 48 empresas a explorar e/ou pesquisar 19 substâncias minerais em 39 municípios, tendo o maior número de licenças para argilas (8), ferro (7) e manganês (7) e quartzitos (5). Dentre essas licenças, em muitos territórios o INEMA enviou equipe para ter conhecimento da área, já que o órgão extremamente sucateado e subordinado à burguesia mineral, agrária e de energia atua facilitando

tando a expansão do capital no território da Bahia (SDE, 2021).



Fonte: ANM. Elaboração: SDE

Ao passo que o INEMA concedeu 62 licenças ambientais considerando apenas as mineradoras, inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, fecho de pasto e outras) estão esperando há décadas o reconhecimento e a demarcação dos territórios enquanto espaço de produção e reprodução da vida, tendo destaque a produção da agricultura familiar e camponesa de convivência com o semiárido.

Enquanto fato ilustrativo, por exemplo, a comunidade de João Barroca pertencente ao município de Caetité em conflito com a BAMIM desde 2010 reivindicada da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA) a regularização fundiária, não havendo até hoje nenhuma resposta do órgão.

Em contrapartida o INEMA já concedeu nesse mesmo período todas as licenças possíveis à empresa para o desenvolvimento da atividade mineral no território da comunidade. Nesse aspecto o Estado mantém morosidade quanto às demandas dos camponeses, como destaque a não regularização dos territórios camponeses, e facilita licenças ambientais e estimula uma regularização fundiária que favorece as empresas eólicas e grileiros ligados ao agronegócio e a mineração.

Muitas dessas licenças, inclusive sem o conhecimento da área, favorecem em particular na mineração a destruição de fontes hídricas e a inviabilidade da produção camponesa e familiar, aspecto que produz desemprego e expulsão dos trabalhadores do campo, impulsionando o inchaço das periferias, redução da agricultura familiar e camponesa, o que impacta no abastecimento e aumento dos preços dos alimentos básicos do brasileiro. Assim como influencia na crise de abastecimento hídrico à classe trabalhadora formada na sua maioria por mulheres e negros (as).



Dona Antônio, moradora da comunidade de Açoieta Cavallo. Foto: Ione Rochael/MAM

Para as mulheres trabalhadoras, de comunidades camponesas, originárias ou tradicionais, os impactos da realidade mineral são sentidos diariamente na sobrecarga de trabalho gerada, por exemplo, pela poeira das explosões e da passagem dos caminhões, que precisa ser limpa de hora em hora nas casas do entorno das minas; do cuidado com os convalescidos, acamados pelo adoecimento, em especial advindo de doenças respiratórias e/ou alérgicas (geradas pela contaminação do ar e das águas, pela extração de minerais pesados como ferro, bauxita, alumínio, chumbo, ou radioativos, como no caso de regiões uraníferas) ou do aumento das distâncias que precisam ser caminhadas para conseguir acesso à água limpa para cozinhar, lavar ou dar banho nas crianças.

Importante destacarmos também que a articulação e o fortalecimento dessa estrutura econômica impulsionam outras contradições no meio urbano, como destaca Marcio Pochmann que revela que a Bahia teve uma diminuição de 2,2 % referente à média nacional no setor da indústria de transformação entre 2002 e 2015. Dentro desse processo se encontra a falta de investimento em tecnologia e inovação, logística e a dificuldade de competir com outros estados. Em 2019 foram fechadas 477 unidades industriais. O PIB baiano de 2019 estava repartido em: agropecuária 6,8%, indústria 21,8% (sem contar a saída da Ford), comércio/serviços 71,3%. Decorrente dessa estrutura econômica, mesmo o Brasil crescendo, a Bahia continuou com uma

taxa alta de desocupados, em 2012, 11,6% e em 2021 essa taxa chegou a 17,3%. Não por acaso, a Bahia é o segundo estado em número de desempregado no Brasil, perdendo apenas para Pernambuco.

A ameaça e a violência da exploração mineral também geram evasão do meio rural, camponês, tradicional e originário. Por que não podemos decidir aonde vai haver mineração? Será que todos os territórios precisam ser abertos a mineração? Nós, povo brasileiro, fomos excluídos de diversas decisões importantes, alguns poucos decidem tudo o que acontece em nosso país sob o slogan de “interesse geral da nação”, mas que em geral, esconde o favorecimento aos interesses da classe dominante.

Por isso, para nós é necessário debater os impactos da mineração, suas consequências, mas também o que se espera de fato com essa atividade – é importante termos o poder de decidir onde, como, por que e para que se minera. Esse modo contínuo, incessante e predatório precisa ser repensado. Diversos territórios já apresentam atividades econômicas, culturais e sociais que não necessitam de projetos da mineração. Como as comunidades camponesas que produzem alimentos, gerando trabalho e renda, e garantindo a preservação ambiental, da fauna e da flora, além dos recursos hídricos e de patrimônio comunitário existentes nos territórios. Entendemos que é justamente nessas realidades em que a política acertada seria a dos “Territórios Livres de Mineração”: com sua diversificação econômica garantida e sua multiplicidade cultural respeitada e incentivada por políticas de proteção (econômica, ambiental, cultural e patrimonial).

6. “POR SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO”:

Em defesa da água, da agricultura familiar e camponesa!

São dez anos de lutas, resistências, experiências, derrotas e vitórias do **Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM Nacional**. A conjuntura atual desafia o **MAM-Bahia** a sintetizar uma palavra de ordem que apresenta e representa sua mensagem política para o povo e todo o conjunto da classe trabalhadora baiana, e que também possa contribuir para um cenário nacional. Isso pede uma análise e uma reflexão profunda sobre as **contradições do capital mineral** e do atual momento da luta de classes de forma global.

A partir das reflexões sobre a **Questão Mineral** o MAM-Bahia luta para que o debate da soberania popular perpassa pelo **poder do povo** sobre o controle dos seus bens naturais e da forma pelo qual necessitam que sejam beneficiados. No entanto, o atual modelo de mineração, baseado no saqueio e na superexploração orientados pelo lucro para a manutenção da máquina do capital, extrapola todos os limites das condições humanas e ambientais. É preciso construir um **novo modelo** de extração e uso dos recursos minerais para as necessidades do povo, e esse modelo só pode acontecer com participação popular das comunidades e povos tradicionais, trabalhadores(as) da mineração, povos das águas, das matas e pequenos(as) agricultores(as).

Dentro dessas contradições, aqui na Bahia, debater a mineração é apontar que o **contexto do semiárido** requer de nós uma atenção específica: vale colocar as importantes bacias hidrográficas como a do Rio São Francisco, Itapicuru, Paraguaçu entre outras que mantém a produção e reprodução da vida no semiárido, em risco pelo projeto de espoliação da natureza? Para o beneficiamento de minérios em barragens que anunciam desastres? E quanto ao rebaixamento do lençol freático pelas grandes cavas das minas? Em muitas minas, **se extrai muito mais água do que minério**. E para onde vai essa água? Quem monitora e fiscaliza a atuação desse robusto setor?

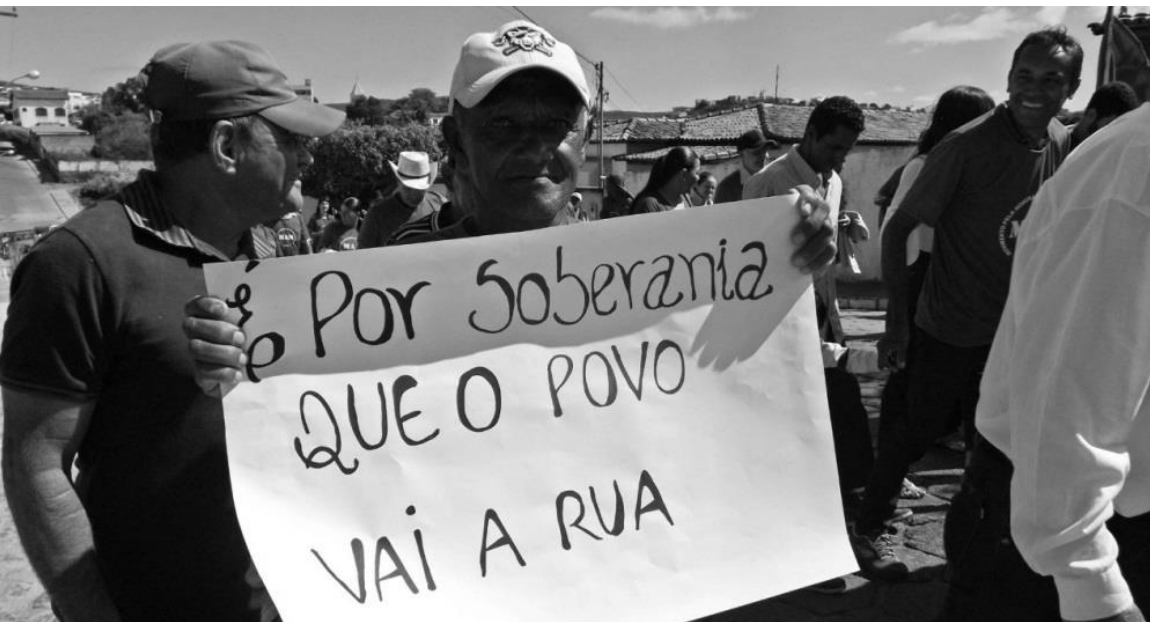
Além disso, perguntamos: como defender a água, e a agricultura familiar e camponesa com a mineração nos territórios **cada vez mais poluindo** o ar, a água, a terra e a população nas comunidades? Todos os anos são muitos os municípios que decretam estado de **emergência hídrica** por estiagem, em 2021, por exemplo, foram muitos os municípios baianos nessa condição, e, nota-se que muitos desses são minerados e com grandes minas - como em Caetitê, Brumado, Andorinha, Barrocas, Jaguarari, Juazeiro, Maracás. Esses municípios também estão entre os maiores produtores e arrecadadores de Compensação Financeira por Exploração Mineral (CFEM). Ainda assim, os problemas ambientais e estruturais, principalmente ligados à questão hídrica só aumentam. Nossos recursos hídricos devem ser uma prioridade para a mineração ou para o povo?

O uso privado da água por empresas do setor mineral está acelerando o esgotamento das fontes, o que coloca em risco sua disposição para uso coletivo, público, tanto da população do campo, mas também os(as) trabalhadores(as) da periferia que vivem regimes de **racionamento e exclusão** cada vez mais severos desse bem comum e necessário à vida das populações. Por isso, esse é um debate que deve que envolver os povos do campo e da cidade.

A formação econômica da Bahia determina a realidade mineral de nosso estado. Em nenhum momento o povo teve espaços de discutir e deliberar sobre os ritmos dos usos da natureza **de forma estratégica e responsável**. Essa realidade consolidou a hegemonia das decisões nas mãos de uma **burguesia subordinada** aos interesses do capital internacional, sem soberania sobre seu próprio território. **Esse é o projeto que representa o povo baiano?**

Essas e outras perguntas precisam ser debatidas e enfrentadas com um **programa político** que pautae a questão da mineração de forma democrática, participativa e soberana pautada em seu povo. Não podem simplesmente ser expulsos de nossos territórios se a forma de minerar não condiz com os meios de **desenvolvimento da vida** ali existentes. É urgente e necessário um amplo debate com o povo baiano sobre as demandas, necessidades e reivindicações para um **desenvolvimento popular e democrático da economia, da sociedade e da natureza**. Isso quer dizer que um plano para a mineração deve ser realizado a partir de um **PROGRAMA DE SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO**.

O Movimento Pela Soberania Popular na Mineração - MAM - Bahia, ao verbalizar sua palavra de ordem **"POR SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO: EM DEFESA DA ÁGUA, DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA!"** tem a tarefa de incidir, agitar e organizar junto ao povo baiano os debates, propostas e construções da soberania popular na mineração.



PONTOS PROGRAMÁTICOS

- Garantir o direito fundamental e prioridades de uso da água;
- Rever o direito de uso das águas, a outorga, criar uma política de uso e distribuição e consumo de águas pelas mineradoras considerando as condições hidrogeológicas locais, regionais e nacionais, em especial para particularidades com baixa disponibilidade hídrica, com preço e taxas incisivas para grandes empresas.
- Garantia de regularização fundiária dos territórios das comunidades Quilombolas, Indígenas, Fundo e Fecho de Pasto, Ribeirinhos e de Pesca Artesanal, assim como incentivos à diversificação econômica das regiões mineradas, com aplicações dos recursos: fundos, diversificação, cursos, e garantia de escoamento para produção desses povos, como a da pesca e agricultura familiar;
- Políticas de desenvolvimento de rochagem (remineralizadores): apoio ao aproveitamento de materiais rochosos extraídos das minas a partir da criação de empreendimentos para desenvolvimento de materiais de fertilização do solo na agricultura familiar, garantindo segurança e soberania alimentar;
- Defesa de Territórios Livres de Mineração: com incentivos fiscais e de crédito para a agricultura familiar e outras bases econômicas como a pesca, turismo de base que garanta agregação de valor ao produto e fortaleça o mercado interno – que garantam a permanência das populações;
- Criação de entidades populares que fiscalizem e monitorem os gastos dos recursos da CFEM: construção de políticas que tenham maior controle, fiscalização e aumento da arrecadação de tributação, com repasse de verbas para saúde e educação;





- Proteção e promoção de garantia da saúde, segurança e dos direitos dos trabalhadores(as) da Indústria Mineral. Contra a perseguição política dos que denunciam as violações das empresas;

- Fortalecimento dos órgãos estatais de pesquisa, de fiscalização e monitoramento com foco na conscientização e fortalecimento da soberania popular: que promovam democracia, transparência e participação na política mineral;
- Revisão e análise das licenças ambientais concedidas desde 2011 ou em processo de licenciamento pelo INEMA a empreendimentos de impacto significativo, com participação popular e escuta democrática da sociedade, organizações e demais interessados;
- Formulação de uma nova política de licenciamento ambiental, elaborada com participação dos povos do campo, das matas, das águas e das florestas, que garanta fortalecimento da autonomia e independência do órgão ambiental;
- Convocação da Conferência Estadual de Mineração, democrática e representativa de todos os segmentos do setor;
- Criação de ampla política pública acerca do monitoramento e fiscalização de barragens de rejeito de mineração, e de infraestruturas conexas;
- Garantia de recursos e fiscalização para execução de “Planos de Fechamento de Minas” por todas as empresas mineradoras;
- Criação de imposto estadual sobre a produção das empresas mineradoras, do agronegócio e energia, sobre a utilização dos recursos hídricos.



MAM-BAHIA. O problema mineral na Bahia: desafios e perspectivas - texto
subsídio para análise da realidade mineral baiana & pontos programáticos
para a soberania popular na mineração.

2022

POR UM PAÍS SOBERANO E SÉRIO, CONTRA O SAQUE DE NOSSOS MINÉRIOS!

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO

MAM - BAHIA

2022

